

# *Cambiemos: o fim da dominação pelo exercício da hegemonia em Argentina*

Francisco J. Cantamutto\*

## **Resumo:**

Argentina foi incluído como parte da chamada “viradada à esquerda” da América Latina durante as administrações do kirchnerismo (2003-2015). O artigo argumenta que esse processo foi guiado pela construção de hegemonia por uma fração do bloco no poder, que atendeu algumas exigências populares.

A lógica populista marcou a forma deste processo, que levou à intensificação desde 2008 do antagonismo com as frações deslocadas do bloco no poder, permitindo a consolidação de uma identidade *kirchnerista*. Ao mesmo tempo, isto permitiu que a aliança estratégica da oposição heterogênea, que foi capaz de vencer as eleições com um discurso de demagogia. O novo governo de *Cambiemos* (“Mudemos”) representa outra fração do bloco no poder, menos disposto a incorrer em despesas de legitimação, promovendo assim uma forma de dominação com menos mediações, mais direta.

**Palavras-chave:** Argentina; kirchnerismo; hegemonia; bloco no poder.

## *Cambiemos: The End of Domination through the Exercise of Hegemony in Argentina*

## **Abstract:**

Argentina was included in Latin America’s “left turn” during the kirchnerista administrations (2003-2015). This article argues that that process was guided by the construction of hegemony by a fraction of the power bloc, which attended to some popular demands. The logic of populism marked the form of this process, which led to the intensification, beginning in 2008, of the antagonism with fractions that had been removed from the ruling bloc, permitting the consolidation of a kirchnerista identity. At the same time, this allowed the creation of a heterogeneous opposition alliance, which was able to win the elections with a demagogic discourse. The new *Cambiemos* (“Let’s change”) coalition represents a different fraction of the power bloc, which is less disposed to engage in legitimating spending, and promotes a form of domination that is more direct or has fewer mediations.

**Keywords:** Argentina; Kirchnerism; Hegemony; Power Bloc.

---

\* Doutor de Pesquisa em Ciências Sociais, com especialização em Sociologia (FLACSO México). Bolsista de pós-doutorado CONICET-UNSAM. Membro da Sociedade de Economia Crítica da Argentina e do Uruguai (SEC) e da Sociedade Latino-Americana de Economia Política e Pensamento Crítico (SEPLA). Carmen de Patagones, Buenos Aires, Argentina.

End. eletrônico: franciscojcantamutto@gmail.com

O autor agradece os comentários de Julia Giménez e Martín Schorr.

Nossa região comparte parte da sua dinâmica nacional. O encerramento do último século foi caracterizado pelas lutas sociais contra o avanço neoliberal, enquanto o novo século surpreendeu com a chegada de governos que assistiram demandas populares. Cada processo tem elementos particulares que a designação de “virada à esquerda” esconde (Autor, 2013). Argentina localizava-se como parte desta mudança regional com a chegada ao governo de Néstor Kirchner (2003-2007) e a sucessão da Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015).

A primeira seção deste artigo discute a caracterização deste período, para explicar por que foi um processo de construção populista de hegemonia. A segunda seção fornece razões para a vitória eleitoral do candidato de direita Mauricio Macri, no cargo desde 10 de dezembro de 2015. De acordo com o novo Presidente, veio a representar uma mudança a nível regional. Com efeito, os governos da Venezuela e Bolívia também mostraram reverses eleitorais nos últimos meses. A terceira seção propõe algumas idéias sobre o sentido desta mudança política.

### **Comprender o kirchnerismo**

O programa de reformas neoliberais na Argentina foi iniciado pela última ditadura militar (1976-1983), mas teve seu epítome no regime de convertibilidade (1991-2001), sob o governo de Carlos Menem e o termo interrompido de Fernando De la Rúa. Convertibilidade era uma caixa do conversao com taxa fixa (1 peso = 1 dólar), suportada por um rápido e profundo processo de privatizações, liberalização do comércio, liberalização financeira e desregulamentação laboral. Foi a forma específica da regressão social neoliberal na Argentina (Basualdo e Arceo, 2006), anos em que o Estado foi definido como um simple “reunião de negócios” do capital concentrado (Bonnet, 2008). A exclusão de quase qualquer demanda popular promoveu o descontentamento e organização nas ruas.

O protesto em massa foi um dos aríetes que derrubou a convertibilidade em dezembro de 2001. Lá convergiram organizações de desempregados (“pique-teros”), partidos de esquerda e de centro-esquerda, sindicatos, organizações de direitos humanos e mesmo, no fim, classe média indignada. Esse conjunto heterogêneo de atores e reivindicações convergiu na rejeição do regime excludente, sem que se amalgamassem num mesmo discurso ou programa. Esta confluência só iria ser articulada em uma cadeia de equivalências com o surgimento de um líder, que retroactivamente ofereceu um discurso aglutinante (Laclau, 2006; Muñoz, 2010). Esse líder seria Kirchner, que ganhou as eleições de 2003 com um baixo 22% dos votos, depois do abandono por Menem da segunda rodada.

Kirchner era o candidato promovido pelo presidente interino Eduardo Duhalde (2002-2003), que foi responsável por interromper as dobradiças macro-

econômicas da convertibilidade<sup>1</sup>. Duhalde tinha sido encarregado da recuperação das políticas monetária e cambial em janeiro de 2002, anunciando o fim da caixa de conversão e a desvalorização que levou a taxa de câmbio para 2,90 pesos por dólar. Com uma queda de 30% dos salários reais, o forte aumento da taxa de lucro mostrou como vencedores aos setores produtivos, especialmente os exportadores (Wainer, 2013). Ao mesmo tempo, congelou a taxas dos serviços públicos, compensando essas empresas com subsídios (Bona, 2012). O sistema financeiro foi levado a pesos, para fornecê-lo com liquidez, e isso também foi compensado pelo Estado (Cobe, 2009). Finalmente, para ampliar os recursos fiscais, foi estabelecido o pagamento de direitos de exportação (“retenções”) para a produção agrícola. Desta forma, a fração industrial foi subsidiada no seu lucro, enquanto outras frações do capital foram compensadas pela diminuição de seus lucros.

O grande perdedor neste esquema foi a classe trabalhadora. Com um desemprego próximo a 23%, o presidente passou a uma massificação da política social (os programas chegaram a quase 2 milhões de pessoas). A lógica era conter o protesto, mas ao mesmo tempo fornecer recursos – mínimos - para estimular a demanda doméstica (Pérez e Félix, 2010). Duhalde representou assim, explicitamente, uma substituição para o interior do Bloco no Poder (BnP - Poulantzas, 1980): a direção passou das frações financeiras e serviços às industriais. As frações agrícolas, apesar de aumentar seu lucro no novo regime econômico, foi deslocada do comando político, o que teria mais tarde efeitos importantes.

Kirchner representou essa coligação social, preservando o discurso de seu antecessor e até mesmo alguns de seus funcionários. Ele precisava ganhar apoio para ser capaz de governar; por esta razão, além de ser legitimado pelo voto, fez uma série de mudanças discursivas cujo eixo seria uma re-leitura da história recente baseada em direitos humanos (Patrouilleau, 2010). O que fez a ditadura pela força, a convertibilidade completou através da política econômica: excluir, ignorando a população considerada excedente. Neste esquema, numa operação tipicamente populista (Balsa, 2010), Kirchner alegou que ele representava essa multidão rebaixada, o autêntico povo argentino. Que o então presidente não tivesse vínculo anterior com as demandas ou organizações populares não foi um obstáculo para ele pôr em prática uma série de políticas para lidar com esses setores, e lentamente ganhou o apoio de algumas organizações -territoriais, sindicais, de direitos humanos- das classes populares (Retamozo, 2011). Com esse apoio

---

<sup>1</sup> Adolfo Rodríguez Saá declarou o *default* da dívida pública no seu breve governo da última semana de 2001.

e uma coalizão partidária ampla, Kirchner foi capaz de garantir a governança através do que ele chamou “transversalidade”<sup>2</sup>.

Garantida a estrutura de lucro e contido o protesto, a acumulação foi reabilitada, apresentando altas taxas de crescimento no PIB (média anual de 8%). Este crescimento foi liderado pela indústria e a construção, que exigiram continuamente força de trabalho, o que levou a uma redução do desemprego e uma recuperação gradual dos salários. Graças a cessação de pagamentos da dívida e a redução do salário dos trabalhadores do setor público, o Estado tinha um superávit fiscal para arbitrar entre frações do capital. Da mesma forma, o excedente comercial garantiu financiamento para o crescimento da indústria, que tinha déficit nesta matéria. Este quadro “bem-sucedido” do neodesenvolvimentismo é que procurou recriar Cristina Fernández com sua proposta de “Pacto Social” nas eleições de 2007<sup>3</sup>.

Mas não demorou a se revelar o curto alcance desse pacto. No ano seguinte, em uma tentativa de elevar a alíquota das retenções para as exportações do setor agrícola, as câmaras do setor empresarial se agruparam na chamada *Mesa de Enlace* para resistir à medida. Embora a reivindicação nunca ultrapassou o estritamente corporativo (evitar o aumento de impostos), conseguiu reunir apoio extra-sectorial, mobilizando grande número de pessoas nos 3 meses que durou o conflito. Finalmente, o vice-presidente Julio Cobos, como presidente do Senado, definiu a votação contra o projeto de seu próprio governo e em favor da *Mesa de Enlace*. Cobos foi um “transversal” e seu gesto demonstrou a fraqueza desta forma de aliança.

Foi a partir deste confronto que o kirchnerismo intensificou a operação populista de dividir a comunidade política (*populus*) entre a autêntica comunidade (*a plebe*) e aqueles que a ameaçam. O governo apresentou-se como o legítimo representante da comunidade política de todo o país, escolhido por votação, contra atores na defesa -também legítima- de interesse particular. Como representante da totalidade (*populus*) e da parte vulnerável (*plebs*), o governo tinha refreado a exigência excessiva de uma das partes<sup>4</sup>, alegando que os fundos arrecadados foram usados para promover uma distribuição mais justa da renda.

---

<sup>2</sup> A transversalidade foi uma criação de Kirchner. Referindo-se à ampla aliança entre grupos internos de partidos políticos e organizações sociais, chegando a acordos através (ou além) dessas estruturas organizacionais.

<sup>3</sup> O neodesenvolvimentismo se apresentou como um conjunto de políticas econômicas que superaria o neoliberalismo através da intervenção estatal planejada, mais sem questionar o papel dos mercados e a inserção dependente de nossos países na economia global. Por essas continuidades fortes, alguns autores analisá-lo como uma segunda fase do neoliberalismo (Félix e López, 2012; Katz, 2015).

<sup>4</sup> O governo entendeu que esta ameaça vinha de dentro da comunidade política e não deve ser eliminada, mas contida. Isto diz do caráter populista, não totalitário, do governo.

Embora só presionou para eliminar o imposto, a *Mesa de Enlace* procurou um discurso político mais amplo, uma tarefa em que os partidos políticos ajudaram através de uma leitura que combinava liberalismo e republicanismo. A alegação inicial era de que os impostos eram uma distorção do normal funcionamento dos negócios da agricultura, sufocando a atividade, e era necessário removê-los para que o país pudesse crescer. Lentamente, por influência liberal, “negócios” foi substituído por “sociedade” e “impostos” por toda atividade do governo. O argumento da divisão de poderes, da tradição republicana, apareceu na resolução do conflito, que passou por uma votação no Congresso, onde as diferentes frações do capital têm mais equilibrada representação, em relação a direção unificada do governo, onde somente uma fração comanda o projeto social e econômico (Poulantzas, 1980).

Como resultado, o Governo intensificou sua identificação com a tradição nacional e popular, em o que descreveu como uma disputa pela hegemonia cultural ao que foi adicionado um grande número de intelectuais e artistas (Waiman, 2012). Composições de classe são esfumadas em ambos os pólos do antagonismo: a grande conquista da indústria -e, em seguida, as finanças- foi esconder-se como parte do povo, colocando no outro pólo a *Mesa de Enlace* como a nova encarnação da oligarquia. Para convencer, o exercício tinha que ser feito novamente: politizando qualquer decisão, para evitar que o bloco sócio-político se desestruturasse por suas próprias contradições. Cada ato foi usado para justificar a tensão antagônica, e afirmar no interior: os inimigos do povo foram mudando, mas por estar sempre presentes, funcionavam como um adversário para reunir o povo em sua heterogeneidade. Isso mobilizou o apoio para além das forças políticas organizadas, marcando o surgimento do kirchnerismo como uma identidade política, além de alianças ocasionais.

Este foi o período de vitalidade mais progressista do kirchnerismo, com especial ênfase para os direitos sociais e econômicos (lei da mídia, casamento igualitário, atribuição universal por filho/a, etc.). A isto juntou-se uma *mística* (para a qual contribuíra a morte de Kirchner em 2010), a criação de um *outro* (o capital agrário primeiro, depois o multimídia Clarín) e uma organização<sup>5</sup>. A auto-afirmação da distinção tinha um grand finale, quando Cristina Fernández venceu nas eleições presidenciais de 2011, com o 54% dos votos: verificava-se que eram a maioria. Apareceu assim o slogan depreciativo de “armen seu próprio

---

<sup>5</sup> *La C mpora* foi talvez a mais conhecida, mas não a única (outros casos conhecidos são *Kolina* e *Miles*). Estas organiza es são caracterizadas por tomar o governo dos Kirchner como a situa o ideal, e não como uma ferramenta para a mudança mais ampla, tomando cada ato de governo como progressivo. A estas organiza es se juntaram alianças com outros partidos, com base em idéias comuns, cuja expressão era *Unidos y organizados*.

partido e ganhem as eleições”: foi o fim da intenção de incorporar, de construir a hegemonia. Nesta estratégia de construção surgiu um risco não exibido: ser a primeira minoria não oferece nenhuma garantia que uma outra coalizão de minorias não pode ultrapassar-la. Desde então, a primazia das forças kirchneristas foi clara, superando alianças temporárias, diluindo a necessidade de conciliar e concordar.

Nestes anos, a crise global atingiu em uma sutil, mas constante queda na demanda externa e a conseqüente diminuição dos preços internacionais dos *commodities*. A subsequente crise do Brasil repercutiu fortemente na cadeia automotiva argentina. A taxa de crescimento do PIB foi reduzida à metade de seu ritmo pré-crise, e a indústria caiu ainda mais (Castells e Schorr, 2015). Isto afetou uma baixa criação de emprego no setor privado e uma relativa estagnação dos salários reais<sup>6</sup>. Deteriorou-se a balança de pagamentos da mão do déficit comercial industrial e aumentou a saída de recursos para pagamento dos lucros, juros e fuga de capitais (Treacy, 2015). Para conter esse problema, o governo implementou alguns controles sobre o setor externo, que eventualmente diversificou a taxa de câmbio em múltiplos valores, incluindo vários legais e um ilegal<sup>7</sup>. A diferença entre esses valores do dólar atingiu 60%. Ao mesmo tempo, devido ao aumento do interesse da dívida e as transferências para as empresas de serviços públicos, o Estado mostrou um crescente déficit fiscal, sendo financiado através da emissão monetária.

Nesse cenário de deterioração econômica, sem tornar-se uma crise, serviu para que os grandes meios de comunicação encorajassem uma crítica liberal, expressa na crítica contra os controles de capital (chamados “estoque”) ou explicando a inflação por emissão monetária. O lógica da argumentação continuava a construção política que começou com a alegação do agro: uma alegada falta de liberdades sob um Estado leviatânico -liberalismo-, o que conduziria necessariamente a uma perversão da ética pública (corrupção) -republicanismo. A construção deste clima de opinião teve seu efeito. Os protestos de 13 de setembro e 8 de novembro de 2012, o pequeno sucesso 18 de abril de 2013 e o maciço

---

<sup>6</sup> Desde a intervenção do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos em 2007, os dados oficiais subestimaram sistematicamente a inflação, impedindo o cálculo preciso da recuperação dos salários reais. No entanto, o pagamento abaixo do seu valor para a força de trabalho continuou a ser um dos traços característicos do capitalismo argentino (Kennedy, 2014).

<sup>7</sup> Se estabeleceram mecanismos de controles às importações e restrições para a rotação de moeda estrangeira ao exterior em termos de lucros e dividendos. No que afeta aos indivíduos, as compras de moeda estrangeira foram limitadas pelas rendas registradas.

18 de fevereiro de 2015, tinham algo em comum: fadiga e ambiguidade<sup>8</sup>. Eles se expressavam contra a inflação, por restrições à compra de dólares, contra a insegurança, corrupção, desemprego, pela manipulação de dados do INDEC, os alegados problemas de liberdade de expressão, justiça, medo, contra a reforma da Constituição, a falta de respeito pelas instituições democráticas, as restrições de importação, a radicalização e o tom de confronto permanente do kirchnerismo. Uma grande mistura, onde a única coisa que uniu foi a insatisfação com o governo, que se recusou a abordar ainda essas reivindicações que admitiu respostas progressivas. Mas o mal-estar assim acumulado ainda precisava de expressão política (Autor e Hurtado, 2015).

### As eleições de 2015

Os cidadãos votam em partidos políticos e, para ganhar, eles precisam surgir representando toda a sociedade. A oposição tentou diferentes estratégias para lidar com o governo: Francisco de Narváez como a direita mais conservadora em 2009, o *Frente Amplio Progresista* como social-democracia sem populismo em 2011, o *Frente Renovador* (FR) como o justo equilíbrio entre a manutenção do “bom” do kirchnerismo e refazendo o “mau” de seu governo em 2013. *Cambiemos*, a aliança entre a *Propuesta Republicana* (PRO) e o radicalismo, foi a última dessas estratégias. Seu discurso de campanha baseou-se no argumento de que o governo de Fernandez tinha monopolizado o poder do Estado, constituindo um regime que atropelara as liberdades individuais e a separação de poderes, utilizando práticas corruptas e, finalmente, autoritárias.

Embora o viés ideológico era claro, *Cambiemos* e seu candidato, Mauricio Macri, recusaram-se a aceitá-lo. O PRO é composto por liberais e conservadores de outros partidos e *think tanks* de políticas públicas. A insistência na “boa gestão” e a formação de “equipes” recuperou o discurso da convertibilidade, no qual a política era a mancha que todo corrompe<sup>9</sup>. Claro, a eficiência só faz sentido em relação a determinado resultado, que é sempre uma disputa política. Mas se desvanecer o objetivo e enfatizar os meios “adequados”, a ideologia parece desaparecer. O PRO foi definido como *post-ideológico*: não por falta de uma visão

---

<sup>8</sup> Esta última manifestação está ligada à morte do promotor Alberto Nisman, que morreu em circunstâncias pouco claras dias antes de apresentar uma queixa no Congresso contra a presidente. A denúncia, lançada mais tarde, não tinha validade jurídica ou lógica, foi rejeitada por vários juízes. A morte do procurador, no entanto, foi apresentada pela mídia como o epítome de insegurança e impunidade, o governo arrastando um manto de sombras.

<sup>9</sup> O PRO foi criado como uma aliança de partidos liberais e conservadores em 2005, que depois se unificou como um único partido (ver Vommaro, 2014). Desde 2007 Macri governou a Cidade Autônoma de Buenos Aires, tornando-se a antítese escolhida por Kirchner para polarizar.

do mundo e determinados valores, mas porque não é usada para debater a partir dela. O PRO negou ser de direita, insistindo em não defender uma ideologia: foi o governo que fez isso, explicitamente. Excluir a ideologia do mapa público, nesta proposta, era a exclusão do conflito, a pacificação do país.

Assim, Macri foi capaz de escapar às contradições de sua campanha: nenhuma definição de objetivos, tudo era possível<sup>10</sup>. Para esse fim, ele propôs um discurso que permitiria a coexistência das diversas demandas acumuladas em anos recentes; a proposta de uma “revolução de alegria” (sic). O nome da aliança eleitoral, *Cambiemos* (*Mudemos*), expressa essa ambigüidade total: não se sabe o que mudar, como ou por quê. Mas esse foi o mérito: sem definições, tudo se encaixa dentro do discurso, todos podem colocar a sua interpretação desta mudança. A acusação de “virada à direita” da sociedade é, neste sentido, enganosa: uma grande parte do eleitorado não votou por uma opção ideológica definida, mas estrategicamente “contra” o governo. A votação mais decidida por Macri foi, talvez, o 24,5% que o consagrou líder de sua aliança nas Primárias Abertas Simultâneas e Obrigatórias (PASO) de agosto de 2015<sup>11</sup>.

Nestas PASO, o candidato oficial e até então governador de Buenos Aires, Daniel Scioli, recebeu 38,67% dos votos. Embora abaixo do que era esperado, colocando-o a distância segura de seus concorrentes. Scioli foi apresentado como garantia da continuidade e sua campanha apelou para os eleitores kirchneristas: com 40% dos votos totais e mais de 10% de vantagem com relação ao segundo, poderia ganhar no primeiro turno. O segundo lugar na etapa tinha sido para Sergio Massa (FR), deixando Macri em terceiro lugar. Massa foi o prefeito do município de Tigre, um antigo chefe de gabinete do kirchnerismo que agrupou a maioria do peronismo dissidente. Sua campanha tinha começado olhando para a combinação de continuidade e mudança, contra a escolha liberal de Macri. Esses papéis foram invertidos quanto *Cambiemos* diluiu seu perfil ideológico, como o FR optou por uma campanha de “propostas” e “definições” –de claro perfil conservador.

---

<sup>10</sup> Aqui há uma diferença fundamental entre demagogia e populismo. O primeiro é a promessa vazia, alterada com o ouvinte, à qual *Cambiemos* recorreu permanentemente. O kirchnerismo, embora também usou demagogia, compôs sua estratégia na oposição de povo e anti-povo, base do populismo.

<sup>11</sup> As PASO foram introduzidas em 2009 como uma maneira de decidir as internas nas alianças partidárias através do voto secreto. Além disso, as PASO estabelecem um nível mínimo de votos (1,5% do total) para competir por cargos públicos. Esta restrição foi fundamental para acelerar a aliança de três partidos trotskistas no Frente de Esquerda e dos Trabalhadores (FIT), que recebeu 812,530 votos na eleição geral (3,23%).



O grande resultado da etapa foi que essas três forças mostraram semelhanças com as demandas do BnP. Os três candidatos tiveram acordo sobre a orientação geral em direção a uma economia com menos regulada no setor externo, a promoção do investimento privado, através de uma política de endividamento mais marcada, a contenção da inflação e os salários, e uma abertura ao diálogo. Além do reconhecimento dos resultados das eleições, foi também o pedido expresso do BnP: borrão a liderança de uma das suas frações por causa de uma representação mais homogênea do seu conjunto. Portanto, apostando aos acordos básicos: regras claras, divisão de poderes, a contenção social, a respeito da iniciativa privada.

Essas demandas foram expressos em um documento chamado “O papel do Estado e da governança republicana”, do *Foro de Convergencia Empresarial*, que reuniu 67 câmaras de negócios.<sup>12</sup> Tem indicado que o Estado teria excedido suas funções básicas, promovidas pelo desejo de “uma maioria circunstancial” que iria ter infringido a divisão de poderes. Mas diz que “a soberania reside e pertence a todas as pessoas e não circunstanciais maiorias”: o governo seria esta maioria que não deve controlar o Estado, que o ultrapassa. O BnP localiza sua influência no Estado através dos outros poderes: o poder judiciário defende suas prerrogativas sem se submeter ao escrutínio público, todas as suas frações são representadas no poder legislativo e, além disso, os capitalistas espalha seus quadros técnicos em uma multiplicidade de agências estatais (Miliband, 1970). O conjunto do BnP assim distribui sua influência por várias rotas e pode aceitar que uma fração dele tenha maior chegada no governo: sempre que seja limitado a esse espaço. Assim, eles defendem a divisão de poderes, alegando republicanismo, quando na verdade é uma defesa da sua própria composição em frações.

Isso não implica que todos os três candidatos eram o mesmo, mas que respeitavam os acordos básicos do capital. Macri representava as frações deslocadas da direção do BnP -em particular, a agricultura-, enquanto Scioli era o candidato das frações industriais hegemônicas. Se Macri queria um país “cheio de fábricas de massas e biscoitos” (sic), como disse ele em campanha, Scioli em vez disso queria promover outras 14 cadeias de valor industrial, tal como consta no projeto que apresentou, com base no livro *Diretrizes para o desenvolvimento econômico e produtivo*. Foi uma reivindicação do neodesenvolvimentismo como uma proposta político-econômica. No livro citado é proposto um Estado “inteligente”, que

---

<sup>12</sup> O Foro complementou o Colóquio de IDEA e a *Asociación de Empresas de Argentina*, fóruns que os três candidatos visitaram para expor as suas ideias. Lá se representa o capital mais concentrado, independentemente do seu sector ou origem. Os documentos estão disponíveis no site oficial: <http://convergenciaempresarial.org/>

guia e coordena as iniciativas do capital, explicitamente louvando o BNDES brasileiro como modelo da banca pública para o desenvolvimento. Scioli adicionou algumas promessas para as organizações sociais kirchneristas, acenando assim para a continuidade na renovação.

Agora este discurso baseado na “defesa do conquistado” conseguiu interperlar os próprios, mas não convenceu aos outros. Scioli apenas superou Macri na primeira rodada (37% dos votos, contra 34%), forçado uma segunda rodada<sup>13</sup>. Nessa fase, o candidato oficial procurou obrigar seu adversário a se definir, mas ele esquivou através de um discurso baseado na ideia de “mudança”. O assessor de campanha, Jaime Durán Barba, pediu expressamente aos candidatos de *Cambiamos* para evitar definições. Confrontados com os ataques do kirchnerismo, eles responderam que era uma “campanha do medo”. Massa, que ganhou o 21% dos votos, evitou se definir por um candidato, mas sublinhou a ideia de “mudança”. Em oposição, muitas organizações populares, partidos de esquerda e agrupamentos *ad hoc* (particularmente no campo acadêmico) afirmaram seu apoio a Scioli *frente a* Macri<sup>14</sup>. Foi difícil de modificar o viés anterior: depois de anos de se recusar a atender demandas, intensificando a própria identidade, o kirchnerismo não poderia atrair eleitores suficientes. Macri ganhou por 51,3% dos votos, contra 48,7% de Scioli, mostrando um país polarizado.

### ***Cambiamos, a dominância explícita do capital***

Com uma pequena vantagem eleitoral, com poucos governadores, e com minoria nas duas casas do Congresso (em que o kirchnerismo era a primeira minoria, chegando até mesmo a maioria simple no Senado), o governo *Cambiamos* decidiu implementar o seu projeto através do choque. Por esta razão, os primeiros três meses permitem observar claramente sua inclinação de classe, mesmo sem um balanço da gestão (Schorr, 2016).

O novo governo formou seu gabinete com uma maioria do PRO - relegando seus parceiros políticos- e com os representantes do BnP, o que levou a falar de um “governo dos CEOs” (por *Chief Executive Officer*). De acordo com CIFRA-FLACSO (2016), representantes diretos ou indiretos de empresas foram mais de 72% do gabinete, dando prioridade para o capital financeiro e as empresas

---

<sup>13</sup> Nesta instância, a candidata de *Cambiamos* María Eugenia Vidal ganhou a eleição na província de Buenos Aires. Nesse distrito vota o 37% do eleitorado nacional.

<sup>14</sup> O FIT promoveu uma campanha pelo voto em branco ou seu cancelamento, como uma expressão contra ambos candidatos. Estes votos não alcançaram 1,5% no segundo turno, em comparação com 3,3% no primeiro volta.

estrangeiras, especialmente ligadas aos sectores extrativos<sup>15</sup>. Em uma dimensão básica, esta caracterização mostra preferência por uma expressão mais direta da classe social que representa. Uma forma de dominação com menos mediações e, portanto, menos cara. Neste espírito, as objeções a respeito da divisão dos poderes e os mecanismos institucionais foram rapidamente abandonadas, insinuando um uso meramente instrumental das idéias republicanas (Adamovsky, 2016).

A fração industrial que hegemonizou o BnP durante o kirchnerismo estava disposta a transferir renda para os serviços públicos e as classes populares para garantir o consenso. As frações anteriormente deslocadas não viram utilidade neste transferência, e assumiram o controle sobre a renda deles. Por esta razão, as primeiras medidas anunciadas pelo presidente Macri eram a eliminação das retenções para exportações (exceto para a soja, que diminuiu para 25%) e das declarações por adiantado das importações, permitindo a licença automática em 18.000 de 19.000 posições tarifárias. Isto provocou que 3.696 milhões de dólares fossem transferidos para empresas. Deve notar-se que quase 60% das exportações são realizadas por apenas 50 empresas, o que reforça o caráter elitista das políticas. A liberalização do comércio -anunciada em Pergamino, centro territorial da produção agrícola- foi acompanhada com a remoção dos controles de capital.

O resultado foi uma desvalorização imediata do peso, que passou de \$9,80 por dólar para \$13. Este processo de desvalorização tinha sido anunciado na campanha por Alfonso Prat Gay, antigo funcionário da banca JP Morgan e nomeado Ministro das Finanças Públicas de *Cambiamos*. Os setores de formação dos preços marcaram seus produtos adiantando a desvalorização, atitude que retomaram quando a mesma tornou-se efetiva. Além disso, se anunciou o aumento das taxas de serviços públicos, na ordem de 500-700% para a electricidade e de 400% para o água. O aumento no preço do gás -que atingiu 1.000%- foi retardado por uma decisão do Supremo Tribunal. Isso fez com que Dezembro de 2015, Janeiro e Fevereiro de 2016 fecharam com uma taxa de inflação mensal de mais de 4%. Por esta razão, o peso voltou a perder valor em Fevereiro, chegando a \$16 por dólar, uma desvalorização total equivalente à inflação esperada. A estimativa de inflação anual esperada em agosto 2016 é de 43-48%. As poucas empresas com capacidade para armazenar produção fizeram enormes ganhos especulativos por esse motivo.

Como a única política anti-inflação, de claro viés monetarista, o Banco Central começou a vender reservas no mercado cambial para estabilizar a taxa

---

<sup>15</sup> Um dos casos mais impressionantes foi a nomeação para a agência responsável pela investigação de lavagem de dinheiro (Unidade de Informação Financeira) de Maria Eugenia Talerico, que era a advogada de defesa da banca HSBC na causa de... lavagem de dinheiro.

de câmbio, e aumentou também a taxa de juros de referência para 38% anual. A venda de títulos com altas taxas de juros diminuiu a desvalorização, mas ao custo de dobrar os passivos do Banco Central e reduzir para metade os prazos de vencimento de esses títulos.

Neste contexto, o governo tentou fechar as negociações salariais com aumentos em torno de 25%, que lhe renderam rejeição generalizada. Prat Gay ameaçou os sindicatos dizendo que eles deviam examinar se se importavam com o salário ou com o emprego. Nos primeiros meses, eles demitiram 67.000 empregados do Estado, argumentando que eram militantes kirchneristas que falharam nas suas funções, iniciando uma perseguição ideológica -uma característica do totalitarismo<sup>16</sup>. O ajuste seria a maneira de reduzir o déficit fiscal, que supostamente causou a inflação -e não a desvalorização e desregulação do comércio.

Mas nem todo gasto público foi considerado um problema. Logo depois de assumir, o governo trocou 10.000 milhões de dólares em obrigações intransferíveis nas mãos do Banco Central por letras negociáveis, que vendeu para bancos estrangeiros (entre eles, o JP Morgan no qual trabalhou Prat Gay) pela metade desse valor, com juros anuais de 7,8%. No início das sessões ordinárias do Congresso, foi enviado um projecto de lei para garantir o acordo com os fundos de investimento vencedores do contencioso em Nova York, conhecidos como “vulture funds” para o seu funcionamento normal (a compra de obrigações em cessação de pagamentos e a iniciação de litígios). O kirchnerismo manteve uma longa disputa com esses fundos, alegando o risco que envolveu aceitar sua demanda: a possibilidade de demandas por os detentores de 93% da dívida trocada em 2005 e 2010. O governo de Macri solicitou a emissão de nova dívida por 15.000 milhões de dólares, o que o *Financial Times* descreveu como uma “vitória para os abutres sobre a Argentina”.

Todas essas políticas foram aprovadas por decreto, sem encontrar forte oposição no Congresso. Além dos aliados do PRO, o FR e parte do kirchnerismo manifestaram-se dispostos a negociar a governança, negociação plausível graças aos acordos básicos das três forças. A oposição forte aconteceu nas ruas, através de vários protestos, que tendem lentamente a produzir alguma convergência na ação de organizações populares de esquerda e kirchneristas. Em 24 de Fevereiro, uma maciça greve nacional ocorreu contra as demissões e por negociações salariais sem limites. Outra marcha massiva foi no 24 de Março, para o 40º aniversário do último golpe de Estado -o presidente dos Estados Unidos Obama era no país,

---

<sup>15</sup> Um exemplo dessa perseguição é a prisão de Milagro Sala, ativista social presa em Jujuy. Ademais dos já referidos, outros 127.000 trabalhadores foram demitidos do setor privado nos primeiros meses de *Cambiamos*.

constituindo uma verdadeira provocação. A razão da visita do presidente Obama era pressionar para a agenda do tratado de cooperação transpacífico (TTP). Contra o aumento das tarifas de serviços públicos, surgiram unas 100 “Multisectoriales” (que reúne vários setores sociais), que organizaram manifestações e protestos em todo o país. Os trabalhadores da economia informal marcharam o 7 de agosto em Buenos Aires para pedir trabalho. A única resposta do governo foi a adoção de um protocolo contra as manifestações, o que permite a repressão sem muitos escrúpulos. O governo não oferece tolerância à dissidência, como mostrou com a censura nos órgãos públicos de imprensa (foi proibido falar sobre demissões). É um projeto político claro: uma dominação mais explícita, com menos mediações e menos custosa.

### Comentários finais

A chegada de Macri no governo da Argentina abre uma nova fase na região, como ele mesmo disse na sua visita ao Fórum Econômico Mundial em Davos em Janeiro de 2016. A aposta está no fim da era dos governos populares, o retorno do liberalismo vernacular<sup>17</sup>. Depois de 12 anos de kirchnerismo, o novo governo acelerou uma série de políticas de ajuste social, mostrando pouco interesse no diálogo. O kirchnerismo foi criado por uma lógica populista, e foi capaz de estabelecer uma identidade política pela intensificação do antagonismo. O risco dessa estratégia foi a consolidação de um polo heterogêneo, mas em oposição, que finalmente *PRO-Cambiemos* foi capaz de capitalizar numa campanha demagógica.

Não houve nos anos que antecederam uma substituição na composição social dos que dominam: as mudanças ocorreram dentro do BnP. Frações da burguesia agrária fortaleceram seu poder econômico, mas foram deslocadas do poder político. Frações financeiras, deslocadas no início, reconstituíram seu poder político quanto o governo esforçou-se para pagar as dívidas. A fração que se tornou líder foi a industrial, que não só conseguiu aumentar os seus lucros através da intervenção sistemática do Estado, mas deu as orientações centrais do programa e do discurso do kirchnerismo. Nesse sentido, o kirchnerismo foi o resultado da construção da hegemonia de uma parte do BnP, que buscava consenso ativo das classes populares, como *forma específica da dominação*. Para conquistar tal consenso, devia dar e conceder. É uma rémora dos anos neoliberais pensar que a dominação pode ser organizada apenas com a total exclusão dos direitos sociais.

---

<sup>17</sup> Não em vão, a Argentina foi o primeiro país a reconhecer como legítimo o governo de Michel Temer.

As frações deslocadas do BoE fizeram manifestaram descontentamento em 2008, mas só em 2015 conseguiram expandir seu discurso e constituir uma força política para representá-lo (PRO-*Cambiamos*). Essas frações questionaram os custos da legitimação do Estado conduzido pela fração hegemônica e avançaram em um esquema de condições no qual a dominação aparece mais explicitamente, com menos mediações: seus próprios representantes tomando decisões por si mesmos. Assim, no assistimos à substituição de un governo do povo (kirchne-rismo) por outro das classes dominantes (*Cambiamos*), mas da dominação pela constituição de uma hegemonia por outro processo mais direto e coercitivo.

## Bibliografía

- ADAMOVSKY, Ezequiel (2016). La República en uso. *Revista Anfibia*, San Martín.
- BALSA, Javier (2010). Las dos lógicas del populismo, su disruptividad y la estrategia socialista. *Revista de Ciencias Sociales*, Bernal, n.17.
- BASUALDO, Eduardo y ARCEO, Enrique (2006). *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO.
- BONA, Leandro (2012). Subsidios a los sectores económicos en la Argentina de la post Convertibilidad: interpretación desde una perspectiva de clase. In: FÉLIZ, Mariano et al. (Eds.). *Más allá del individuo. Clases sociales, transformaciones económicas y políticas estatales en la Argentina contemporánea*. Buenos Aires: El Colectivo.
- BONNET, Alberto (2008). *La hegemonía menemista. El neoconservadurismo en Argentina, 1989-2001*. Buenos Aires: Prometeo.
- CANTAMUTTO, Francisco J. (2013). ¿Giro a la izquierda? Nuevos gobiernos en América Latina. *RELACSO*, México, n. 1(2). Disponível em: <http://relacso.flacso.edu.mx/giro-a-la-izquierda>
- CANTAMUTTO, Francisco J. y HURTADO, Héctor (2015). Gobiernos populistas y demandas irresueltas: los casos de Argentina y Venezuela. En VÁZQUEZ, Luis (Ed.), *De la Democracia liberal a la Soberanía Popular: articulación y crisis en América Latina. Vol. I*. México: FLACSO-CLACSO. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20150924123000/De\\_la\\_democracia\\_Vol1.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20150924123000/De_la_democracia_Vol1.pdf)
- CASTELLS, María y SCHORR, Martín (2015). Cuando el crecimiento no es desarrollo. Algunos hechos estilizados de la dinámica industrial en la pos-convertibilidad. *Cuadernos de Economía Crítica*, La Plata, n. 1(2). Disponível em: <http://sociedadeconomicacritica.org/ojs/index.php/cec/article/view/12>

- CIFRA-FLACSO (2016). La naturaleza política y económica de la alianza Cambiemos. Buenos Aires: CIFRA-FLACSO. Disponible em: <http://www.centrocifra.org.ar/publicacion.php?pid=92>
- COBE, Lorena (2009). *La salida de la Convertibilidad. Los bancos y la pesificación*. Buenos Aires: Capital Intelectual.
- FÉLIZ, Mariano y LÓPEZ, Emiliano (2012). *Proyecto neodesarrollista en la Argentina*. ¿Modelo nacional-popular o nueva etapa en el desarrollo capitalista? Buenos Aires: Herramienta - El Colectivo.
- KATZ, Claudio (2015). ¿Concepciones social-desarrollistas? *Mundo Siglo XXI*, X(35). Disponible em: <http://www.mundosigloxxi.ciecas.ipn.mx/pdf/v10/35/02.pdf>
- KENNEDY, Damián (2014). Producción y apropiación del valor en Argentina: el rol del deprimido salario real. *Problemas Del Desarrollo*, México, 176(45). Disponible em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/pde/article/view/43811>
- LACLAU, Ernesto (2006). *La razón populista*. México: FCE.
- MILIBAND, Ralph (1970). *El Estado en la sociedad capitalista*. México: Siglo XXI.
- MUÑOZ, Antonia (2010). *Sísifo en Argentina*. Orden Conflicto y sujetos políticos. México: Editorial Universitaria Villa María, Plaza y Valdés.
- PATROUILLEAU, María (2010). Discurso y narración en las dinámicas de constitución identitaria. La experiencia kirchnerista en Argentina. *CONfines*, n. 6, Monterrey.
- PÉREZ, Pablo y FÉLIZ, Mariano (2010). La crisis económica y sus impactos sobre la política de empleo e ingresos en Argentina. *SER Social*, Brasilia, n. 12 (26).
- POULANTZAS, Nicos (1980). *Estado, poder y socialismo*. Madrid: Siglo XXI.
- RETAMOZO, Martín (2011). Movimientos sociales, política y hegemonía en Argentina. *Polis*, n. 28, México.
- SCHORR, Martín (2016). El carácter social. *Revista Anfibia*, San Martín.
- TREACY, Mariano (2015). Dependencia, restricción externa y transferencia de excedente en la Argentina (1970-2013). *Cuadernos de Economía Crítica*, n. 2 (2), La Plata. Disponible em: <http://sociedadeconomicacritica.org/ojs/index.php/cec/article/view/14>
- VOMMARO, Gabriel (2014). “Meterse en política”: la construcción del PRO y la renovación de la centroderecha argentina. *Nueva Sociedad*, n. 254, Buenos Aires. Disponible em: <http://nuso.org/articulo/meterse-en-politica-la-construccion-de-pro-y-la-renovacion-de-la-centroderecha-argentina/>

WAIMAN, Javier (2012). El debate sobre la hegemonía cultural kirchnerista. *VII Jornadas de Sociología de la UNLP*, La Plata.

WAINER, Andrés (2013). Cambios en el bloque en el poder a partir del abandono de la Convertibilidad. ¿Una nueva hegemonía? In: GRIGERA, Juan (Ed.). *Argentina después de la convertibilidad (2002-2011)*. Buenos Aires: Imago Mundi.